

AVERSÃO AOS FATOS

Sérgio Waldeck De Carvalho
(Letras - UFES)

É sobejamente conhecida a máxima: em política o que vale é a versão e não os fatos. Nossa cultura política atribui a autoria da sentença ao político mineiro José Maria Alkmin. Circula ainda em nossa realidade outra versão contestadora da primeira que atribui a autoria da máxima a Gustavo Capanema, ex-Ministro da Educação, que teria mesmo acusado Alkmin de plagiá-lo. Ao que tudo indica Alkmin apropriou-se do feitiço e lançou-o contra o feiticeiro, conforme ele reconheceu a Capanema: “Você tinha mesmo razão: o importante é a versão e não os fatos”.

Tudo isso se encontra em Dimenstein (1994:31), mas se afigura apenas como uma versão perfunctória, jornalística de uma discussão muito mais ampla e profunda que se insere por âmbito da Epistemologia e de uma Teoria da Linguagem. Dessa ótica, a questão não se limita apenas à crítica dos políticos, pois tem um alcance muito maior.

Creemos que no interior da **Teoria de Conhecimento** poderíamos distinguir duas linhas em face do problema de um sujeito cognoscente e uma realidade cognoscível: a primeira que problematiza a linguagem mediadora dessa relação e que duvida portanto da transparência do “logos”. A segunda desenvolve suas sistematizações totalizantes mediante a linguagem, sem questioná-la aprioristicamente, acredita, portanto, na transparência do “logos”.

Na verdade o que propomos aqui é um exame crítico daquela máxima em três aspectos: **na sua origem, na sua função e na sua permanência.**

Consideremos inicialmente a genealogia daquela máxima. Ela se nos afigura uma versão resumida e adaptada de outra, lançada por Nietzsche, a qual não se limita à crítica dos políticos:

“Contra o positivismo que perante os fenômenos diz: Há apenas fatos, eu digo: Ao contrário, fatos é o que não há, apenas interpretações”.

Do ponto de vista de sua teleologia é evidente que a máxima de Nietzsche pretende muito mais do que questionar o oportunismo verbal dos políticos. Convém lembrar o contexto de situação em que surgiu a máxima, representando uma crítica aguerrida, um corte profundo com o paradigma positivista comtiano. Por isso mesmo, jogamos no título com uma homofonia, aversão, numa só palavra, para a heterografia, a versão em duas.

Vamos apenas aflorar a questão do novo paradigma trazido por Nietzsche para a Teoria do Conhecimento centrando as questões principais na Linguagem. Diferentemente do paradigma positivista, a reflexão de Nietzsche questiona o fato de que o sujeito possa ter consciência de si mesmo e dos motivos que o levam a agir. Assim como nos escapa o sentido externo, a natureza, também nos escapam os sentidos das nossas ações que podem, pois, ser interpretadas de numerosas maneiras. Aquela de que temos consciência é construída, esquematizada, interpretada, ou seja, é o efeito da atividade de nossos

instintos em sua luta pelo poder. Assim, Nietzsche anuncia uma das temáticas centrais da Psicanálise Freudiana: a explicação da vida consciente, com base nas produções inconscientes.

Como já afirmamos anteriormente, o nosso interesse “**hic et nunc**” é conduzir essas reflexões para o espaço da Teoria da Linguagem. De acordo com a máxima de Nietzsche, em lugar de um realismo lingüístico ingênuo, a questão principal passa a ser a linguagem em ação (a **Pragmática**), inclusive nas manipulações que podem ser feitas com a Linguagem no seio da vida social

Mais do que transmitir fatos, a linguagem serve para atuar nas pessoas sobre determinados pontos de vista, como muito bem acentuou o segundo Wittgenstein (1979). Dessa ótica, a persuasão passa a ser tão ou mais importante do que a função de informação, porque sempre vem junto com aquela, buscando atuar nos interlocutores.

Em **Teoria do Medalhão**, Machado de Assis examina lado a lado as duas funções da linguagem: **informação e persuasão**, mostrando como a segunda pode predominar sobre a primeira:

“Longe de encontrar um tratado científico da criação de carneiros, compra um carneiro e dá-o aos seus amigos sob a forma de jantar, cujo notícia não pode ser indiferente aos seus concidadãos”.

Nos dias atuais, parece que essa função persuasiva é plena e predominantemente desempenhada pelas áreas denominadas de publicidade, propaganda e marketing, pois até mesmo os políticos submetem sua campanhas, seus projetos, seus discursos, seus “**slogans**” e suas próprias imagens a especialistas dessas áreas tais como: publicitários, relações públicas e “**ghost-writers**”.

Parece que o “sucesso-social” — talvez um dos maiores objetivos de nossa época — depende não de fatos, mas de convencimento. O que interessa é trabalhar com emoções e anseios do público, a fim de se alcançar determinados resultados.

Assim, quanto ao aspecto de exame da máxima relativamente a sua função, pode-se dizer que ela procura superar um realismo lingüístico ingênuo, muitas vezes travestido de linguagem científica, e busca acentuar o simbolismo, o convencionalismo, a multiplicidade de leituras e conseqüentemente a multiplicidade de significações existentes no discurso.

Como última parte de nossa análise da máxima, vamos refletir em sua utilização atual. Em razão do grande residual positivista, ainda presente em nossa sociedade, prevalece uma supervalorização dos fatos sobre as interpretações. Por isso mesmo, só no espaço da política, lugar reconhecido como de interesses pessoais efêmeros e até oportunistas, aceita-se a versão de que versões têm supremacia sobre os fatos.

Em geral, não se aceita ainda a radicalidade da máxima de Nietzsche, exceto na prática publicitária que trabalha com convencimento sobre nossas emoções e anseios, todavia essa prática nunca é auto-reveladora desse procedimento. Pelo contrário, pode até revestir-se de objetividade e cientificidade, para melhor ocultá-lo.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, J. M. M. de. **Teoria do Medalhão**. Rio de Janeiro, Aguilar, Obras Completas, vol. II.
- CARVALHO, S. W. **Considerações sobre a Pragmática; marcas de enunciação no enunciado** (Tese de Mestrado). Rio de Janeiro, PUC, 1975.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **Como não ser enganado nas eleições**. São Paulo, Ática, 1994.
- KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- SEVERINO, Emanuel. **A filosofia Contemporânea**. Lisboa, Edições 70, 1987.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. In: Os pensadores, 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1979.